

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

PEDRO CATARINO AS FUNÇÕES DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA NO CONTEXTO DA AUTONOMIA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES VASCO ALVES CORDEIRO AÇORES: UM VALOR ESTRATÉGICO PARA O PAÍS BERTA CABRAL REPENSAR O ATLÂNTICO LUÍS MENDES CABRAL SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES: “UMA TAREFA DE TODOS PARA TODOS...” RODRIGO VASCONCELOS DE OLIVEIRA NOTAS SOBRE A COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES JOSÉ ROMÃO MOURATO CALDEIRA AS MISSÕES E CAPACIDADES DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES GILBERTO P. CARREIRA E FILIPE MORA PORTEIRO O MAR DOS AÇORES E A SUA VALORIZAÇÃO ESTRATÉGICA LUÍS ANDRADE OS AÇORES ENTRE A EUROPA E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA CARLOS GUILHERME RILEY OS AÇORES E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO “LONGO SÉCULO XIX”

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

PEDRO CATARINO AS FUNÇÕES DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA NO CONTEXTO DA AUTONOMIA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES VASCO ALVES CORDEIRO AÇORES: UM VALOR ESTRATÉGICO PARA O PAÍS BERTA CABRAL REPENSAR O ATLÂNTICO LUÍS MENDES CABRAL SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES: "UMA TAREFA DE TODOS PARA TODOS..." RODRIGO VASCONCELOS DE OLIVEIRA NOTAS SOBRE A COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES JOSÉ ROMÃO MOURATO CALDEIRA AS MISSÕES E CAPACIDADES DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES GILBERTO P. CARREIRA E FILIPE MORA PORTEIRO O MAR DOS AÇORES E A SUA VALORIZAÇÃO ESTRATÉGICA LUÍS ANDRADE OS AÇORES ENTRE A EUROPA E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA CARLOS GUILHERME RILEY OS AÇORES E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO "LONGO SÉCULO XIX"

NAÇÃO E DEFESA

Revista Quadrimestral

Diretor

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Conselho Editorial

Alexandre Carriço, Ana Santos Pinto, António Horta Fernandes, António Paulo Duarte, António Silva Ribeiro, Armando Serra Marques Guedes, Bruno Cardoso Reis, Carlos Branco, Carlos Mendes Dias, Daniel Pinéu, Francisco Prouença Garcia, Isabel Ferreira Nunes, João Vieira Borges, José Luís Pinto Ramalho, José Manuel Freire Nogueira, Luís Leitão Tomé, Luís Medeiros Ferreira, Luís Moita, Manuel Ennes Ferreira, Maria do Céu Pinto, Maria Helena Carreiras, Mendo Castro Henriques, Miguel Monjardino, Nuno Brito, Paulo Jorge Canelas de Castro, Paulo Viegas Nunes, Raquel Freire, Rui Mora de Oliveira, Sandra Balão, Vasco Rato, Victor Marques dos Santos, Vitor Rodrigues Viana.

Conselho Consultivo

Abel Cabral Couto, António Martins da Cruz, António Vitorino, Bernardino Gomes, Carlos Gaspar, Diogo Freitas do Amaral, Fernando Carvalho Rodrigues, Fernando Reino, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, José Manuel Durão Barroso, Luís Valença Pinto, Luís Veiga da Cunha, Manuel Braga da Cruz, Maria Carrilho, Nuno Severiano Teixeira, Pelágio Castelo Branco.

Conselho Consultivo Internacional

Bertrand Badie, Christopher Dandeker, Christopher Hill, George Modelski, Josef Joffe, Jurgen Brauer, Ken Booth, Lawrence Freedman, Robert Kennedy, Todd Sandler, Zbigniew Brzezinski

Antigos Coordenadores Editoriais

1983/1991 – Amadeu Silva Carvalho. 1992/1996 – Artur Baptista dos Santos. 1997/1999 – Nuno Mira Vaz. 2000/2002 – Isabel Ferreira Nunes. 2003/2006 – António Horta Fernandes. 2006/2008 – Isabel Ferreira Nunes. 2009/2010 – João Vieira Borges.

Núcleo de Edições

Cristina Cardoso e António Baranita

Colaboração

Luísa Nunes

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Normas de Colaboração e Assinaturas

Consultar final da revista

Propriedade e Edição

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

EUROPRESS – Indústria Gráfica

Rua João Saraiva, 10-A – 1700-249 Lisboa – Portugal

Tel.: 218 494 141/43

Fax.: 218 492 061

E-mail: geral@europress.pt

www.europress.pt

ISSN 0870-757X

Depósito Legal 54 801/92

Tiragem 750 exemplares

Anotado na ERC

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores

Editorial	
<i>Vitor Rodrigues Viana</i>	5
Arquipélago dos Açores	
As Funções do Representante da República no Contexto da Autonomia da Região Autónoma dos Açores <i>Pedro Catarino</i>	8
Açores: Um Valor Estratégico para o País <i>Vasco Alves Cordeiro</i>	14
Repensar o Atlântico <i>Berta Cabral</i>	21
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: “Uma Tarefa de Todos para Todos...” <i>Luís Mendes Cabral</i>	29
Notas sobre a Cooperação Inter-Regional da Região Autónoma dos Açores <i>Rodrigo Vasconcelos de Oliveira</i>	44
As Missões e Capacidades das Forças Armadas Portuguesas no Arquipélago dos Açores <i>José Romão Mourato Caldeira</i>	53
O Mar dos Açores e a sua Valorização Estratégica: Descrição do Espaço Marítimo e Socioeconómico <i>Gilberto P. Carreira</i> <i>Filipe Mora Porteiro</i>	79
Os Açores entre a Europa e os Estados Unidos da América: Uma Perspetiva Geoestratégica <i>Luís Andrade</i>	96
Os Açores e os Estados Unidos da América no “Longo Século XIX” <i>Carlos Guilherme Riley</i>	107
Extra Dossiê	
Para as Actas: A Participação de Portugal na Elaboração da Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia <i>Rui Vinhas</i> <i>Rui Carmo</i> <i>Cristina Matos</i> <i>Paula Vicente</i>	128

A Defesa Europeia em Tempo de Austeridade: Os Desafios para a Europa do Sul <i>Nuno Severiano Teixeira</i> <i>Ana Santos Pinto</i>	137
The (Not So) Rapid Deployment Force: Bureaucratic and Political Barriers to Implementing Strategic Change <i>Luis da Vinha</i>	156

A Defesa Europeia em Tempo de Austeridade: Os Desafios para a Europa do Sul*

Nuno Severiano Teixeira

Professor Catedrático e Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa e diretor do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA).

nst@unl.pt

Ana Santos Pinto

Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora no Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) e no Instituto da Defesa Nacional.

ana.pinto@ipri.pt

Resumo

A crise económica e financeira global, que eclodiu em 2008, teve um impacto significativo nos países europeus, tendo resultado numa redução significativa dos orçamentos disponíveis para Defesa, em particular na Europa do Sul. Este artigo visa analisar, através de uma abordagem comparativa, as opções políticas e o impacto das medidas de austeridade aplicadas nos países da Europa do Sul – Portugal, Espanha, Itália e Grécia – no período de 2008-2014, bem como o seu reflexo no processo de integração na União Europeia, ao nível da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Abstract

Europe's Defence in Times of Austerity: Challenges to Southern Europe

The global economic and financial crisis, which began in 2008, had significant impact on European countries and resulted in a substantial decrease in defence budgets, particularly in Southern Europe. This article aims to analyse, in a comparative perspective, the political options and the austerity measures' impact in Southern European countries defence policies, between 2008-2014, and its consequences to the European Union's integration process, at the Common Security and Defence Policy (CSDP) level.

* Este artigo resulta de uma investigação em curso, iniciada com um contributo realizado no âmbito do *LSE/IDEAS Report*, subordinado ao tema “*Strategy for Southern Europe*” e publicado em outubro de 2013.

A crise económica e financeira de âmbito global, que eclodiu em 2008, teve um impacto significativo nos países europeus, com consequências evidentes nas suas decisões orçamentais nas mais variadas áreas de políticas públicas. A Segurança e Defesa não foram exceção. Ao longo dos últimos anos, os Estados-membros da União Europeia (UE) procuraram adaptar os seus orçamentos ao ambiente de crise económica, designadamente através da aplicação de medidas de austeridade às políticas de defesa.

Ao mesmo tempo, as evoluções no ambiente estratégico internacional apresentam um conjunto de importantes desafios. Numa dimensão global, assiste-se a um retraimento estratégico dos Estados Unidos da América – que através do lema *leading from behind* expressa as expectativas norte-americanas face a uma potencial ação regional dos aliados europeus –, bem como a uma crescente afirmação de um conjunto de atores estatais – designadamente a Rússia, a China e o Irão – no sentido de promover alterações no sistema internacional, que melhor correspondam aos seus interesses próprios. Na dimensão europeia, destacam-se as dinâmicas de conflitualidade na “vizinhança alargada”. O conflito na Ucrânia, que evidencia o atual posicionamento regional da Federação Russa, arrisca uma escalada de tensões no seio do continente europeu. Alterou o quadro de relações estabelecido após o final da Guerra-Fria, assim como agravou as perceções securitárias, em particular dos Estados da Europa de Leste, membros da UE e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A instabilidade no Norte de África – com destaque para o “vazio de poder” que se assiste na Líbia e para as consequências que dele advêm, desde logo, na região do Sahel – assume particular importância para a fronteira Sul da UE, que se reflete não só num evidente acréscimo de fluxos migratórios, mas também em riscos resultantes da atividade de redes de criminalidade organizada. No Golfo da Guiné, mantêm-se significativos riscos e ameaças à segurança marítima regional e global, com impacto, designadamente, nos mercados energéticos. Finalmente, no Médio Oriente assiste-se à permanência de um clima de guerra civil na Síria, aos conflitos intersectários no Iraque e no Iémen, num cenário agravado pela ação marcadamente violenta e expansionista do autoproclamado “Estado Islâmico” e da sua rede de fiéis à escala global.

Neste novo contexto estratégico, com recursos cada vez mais escassos e com os mesmos (ou até maiores) desafios, todos os Estados-membros da UE foram forçados a refletir sobre como obter melhores resultados em todos os níveis de despesa – pessoal, investimento, operação e manutenção – em matéria de defesa, ao mesmo tempo que procuram minimizar o impacto dos cortes orçamentais realizados. Esta tendência tem sido seguida a dois níveis: ao nível nacional, já que a maioria dos países europeus iniciou um processo de reformas e ajustamento no quadro das suas estruturas de defesa, por forma a torna-las mais eficientes em matéria de produto operacional; e ao nível europeu, com a promoção de uma cooperação mais aprofun-

dada entre Estados, nomeadamente através da criação de projetos comuns – incluindo em matéria de investimento e geração de forças –, quer no âmbito da UE quer da OTAN.

No âmbito da União Europeia, foram realizados dois Conselhos Europeus – em dezembro de 2013 e junho de 2015 – em que as questões de Segurança e Defesa voltaram à agenda política de alto nível. No final de 2013, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da UE acordaram, sob o lema “*defence matters*”¹, em: apoiar a definição, ao longo de 2014, de um Quadro de Política de Ciberdefesa da UE e de uma Estratégia de Segurança Marítima da UE; em criar capacidades essenciais e colmatar lacunas críticas através de projetos concretos realizados pelos Estados-membros com o apoio da Agência Europeia de Defesa (EDA); e em promover uma Base Industrial e Tecnológica de Defesa (BITDE) mais integrada, sustentável, inovadora e competitiva, bem como um acréscimo dos investimentos em investigação e tecnologia (I&T) no sector da defesa, através de uma cooperação estreita entre a Comissão Europeia – responsável pelo programa Horizonte 2020 –, a EDA e os Estados-membros (Conselho Europeu, 2013). Na sequência deste compromisso político, foi realizada uma reavaliação dos progressos alcançados por ocasião do Conselho Europeu realizado a 25 e 26 de junho de 2015. Neste encontro, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da UE solicitaram à Alta Representante que desse continuidade ao processo de reflexão estratégica com vista a preparar uma estratégia global da União no domínio da política externa e de segurança, cujos resultados devem ser apresentados ao Conselho até junho de 2016. Já em matéria de desenvolvimento das capacidades civis e militares e reforço da indústria de defesa europeia, o Conselho Europeu aconselhou os Estados-membros a “preverem um nível suficiente de despesas para a defesa e a necessidade de utilizar os recursos da forma mais eficaz” (Conselho Europeu, 2015: 6), bem como a UE a “garantir um financiamento adequado” das ações preparatórias da investigação no domínio da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), “abrindo o caminho a um eventual futuro programa de investigação e tecnologia no domínio da defesa” (Conselho Europeu, 2015: 6). A estes compromissos acresce o incentivo a uma maior e mais sistemática cooperação europeia no domínio da defesa, designadamente através da promoção do conceito de *pooling and sharing*² no quadro da Agência Europeia de Defesa.

-
- 1 O lema “*European defence matters*” – a “defesa europeia é importante” – foi confirmado na narrativa das instituições europeias pelo então Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, num discurso proferido por ocasião da Conferência Anual da Agência de Defesa Europeia (EDA), em março de 2013 (Van Rompuy, 2013), sendo posteriormente adotada nas conclusões do Conselho Europeu de 19 de dezembro de 2013 (Conselho Europeu, 2013: 2).
 - 2 De acordo com a Agência Europeia de Defesa (EDA), o conceito de *pooling and sharing* refere-se a iniciativas e projetos para mutualizar e partilhar capacidades militares entre os Estados-membros da UE (EDA, s.d.-a).
-

No mesmo sentido, a Aliança Atlântica deu início, no final da década de 2000, a um debate alargado sobre uma nova forma de conceitualizar uma moderna geração de forças militares, um conceito designado por *smart defence*, com o objetivo de encorajar os Aliados a promover a cooperação no desenvolvimento, aquisição e manutenção de capacidades militares. Na Cimeira da OTAN realizada em Chicago, em maio de 2012, o conceito de *smart defence* foi formalmente adotado para a prossecução dos objetivos do *NATO Forces 2020*.

Estes desenvolvimentos revelam uma tendência positiva no plano técnico, com a identificação e calendarização de áreas de atuação, embora o mesmo não se verifique no plano político, onde os Estados-membros, uma vez mais, não assumiram a defesa como prioridade.

Assim, face aos desafios que se colocam à segurança europeia e transatlântica e à manutenção das condicionantes económicas e financeiras, a maioria dos Estados-membros da UE, e nomeadamente aqueles que são também aliados na OTAN, terão de procurar a melhor forma de usufruir dos mecanismos de cooperação disponíveis no quadro das duas organizações, numa lógica de complementaridade e com o objetivo de melhorar a capacidade de resposta operacional, em particular no que concerne às missões internacionais.

Qual é então o panorama atual da defesa europeia? Em matéria de custos com defesa, o total das despesas militares na Europa, em 2014, foi de 391 mil milhões de dólares, num valor que permaneceu praticamente inalterado, em termos reais, quando comparado com 2010, quando assumia o valor de 394 mil milhões de dólares (SIPRI, 2015: s.n.). Contudo, do ponto de vista comparativo importa salientar que dois terços dos países da Europa Central e Ocidental diminuíram as suas despesas militares desde 2008. Ao nível nacional, a evolução dos orçamentos de defesa, no contexto do continente europeu, pode dividir-se em três grupos, a que correspondem três grandes tendências. A primeira corresponde aos países que aumentaram as despesas militares em resultado da manutenção de um contexto económico favorável. Este é o caso da Polónia, que entre 2008 e 2014 aumentou as suas despesas militares em 12% procurando elevar o número de forças destacáveis e tornar-se um participante mais ativo em missões internacionais, em particular no quadro da OTAN. No mesmo período, outros países também aumentaram as verbas disponíveis nos orçamentos de Defesa, como a Turquia (33%), a Noruega (15%) e a Suécia (9%) (SIPRI, 2012, 2015).

A segunda tendência corresponde às três grandes potências europeias, as que mais gastam em matéria de defesa – Reino Unido, França e Alemanha – que sofreram pequenos decréscimos nos orçamentos desde 2008, na ordem dos 5% em termos reais. Em outubro de 2010, o Reino Unido apresentou uma “Revisão Estratégica de Segurança e Defesa” (UK Cabinet Office, 2010) em que planeava reduzir o orçamento de defesa em 7,5% nos quatro anos seguintes, apesar de na prática os cortes

serem potencialmente mais profundos (UK Cabinet Office, 2010: 31-32). Também a Alemanha, na sequência da aprovação do documento orientador para a sua política de defesa (German Ministry of Defence, 2011), planeou cortar cerca de 10% em despesas militares até 2015, em comparação com valores de 2011. Já a França, que apresentou o Livro Branco de Defesa em abril de 2013 (Ministère de la Défense de la République Française, 2013), planeava manter a despesa em matérias de defesa relativamente constante, em termos reais.

Finalmente, uma terceira tendência no contexto dos países europeus é apresentada pelos países da Europa do Sul – Portugal, Espanha, Itália e Grécia – que promoveram os maiores cortes nos orçamentos de defesa, oscilando entre 10% e 50% desde o início da crise.

Importa, contudo, salientar que apesar dos constrangimentos orçamentais, em 2014, o somatório da despesa dos 28 Estados-membros da UE continua a representar o segundo maior volume mundial em despesas militares (SIPRI, 2015), com cerca de 281.298 mil milhões de dólares, logo a seguir aos Estados Unidos da América com 609.914 mil milhões de dólares, mesmo quando a maioria dos Estados europeus – incluindo no período que antecedeu a crise – não atinge um gasto de 2% do PIB em despesas militares³.

Despesas Militares na Europa do Sul

No contexto da designada “crise do Euro”, os países da Europa do Sul estão entre aqueles que foram mais afetados. Confrontaram-se, primeiro, com sérios problemas relativos às suas dívidas soberanas, como resultado da crise nos sistemas bancários e longos períodos de recessão económica. Tal como a Irlanda, Portugal e Grécia foram forçados a solicitar ajuda financeira internacional. Embora Espanha e Itália não fossem, formalmente, forçados a fazê-lo, a verdade é que todos os países da Europa do Sul se confrontam com problemas semelhantes: défices elevados, dívidas externas crescentes e profundas recessões económicas.

Por forma a cumprir os planos de ajustamento, ou simplesmente para restaurar a confiança dos mercados, os países da Europa do Sul assumiram as medidas de consolidação orçamental como primeira prioridade, aprovando um conjunto de medidas de austeridade. Os programas de austeridade afetaram não só as funções do Estado Social, mas também funções de soberania, sobretudo a defesa.

Desde 2008 que as despesas militares sofreram cortes significativos nos países do Sul da Europa. Esta tendência teve consequências óbvias nos sectores mais impor-

3 Deve recordar-se que todos os Aliados da OTAN assumem o compromisso de reservar, pelo menos, 2% do seu PIB anual para despesas de defesa. Este compromisso foi, aliás, reforçado por ocasião da Cimeira da NATO em Gales, realizada em setembro de 2014, onde os Aliados declararam a intenção de “evitar qualquer declínio em gastos com defesa” (NATO, 2014).

tantes dos ministérios da Defesa e nas estruturas das Forças Armadas: pessoal, investimento⁴ e projeção de forças.

Apesar desta tendência geral, importa salientar que as opções políticas e orçamentais nos diferentes países da Europa do Sul não têm sido homogêneas. Entre as razões que o poderão justificar encontra-se o peso que as indústrias de defesa têm nas economias nacionais de Itália e Espanha, em comparação com Portugal e Grécia. A base de indústria militar em Itália é a quarta maior da Europa e a quinta mais significativa do mundo (SIPRI, 2012: 248)⁵, com a Finmeccanica⁶ – a maior empresa do sector da defesa no país – a ter, em 2013, um total de 21.292 milhões de dólares de total de vendas e cerca de 64 mil trabalhadores (SIPRI, 2013). Já a base industrial de defesa em Espanha é a décima à escala global e a sexta ao nível europeu (SIPRI, 2012: 248), com ênfase no facto de o país ter acolhido o consórcio EADS⁷.

Tabela 1 – Despesas com Defesa nos Países da Europa do Sul
(a preços constantes, milhões de dólares)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Espanha	11.824	14.434	16.724	18.686	16.943	14.743	13.983	13.912	12.607	12.732
Grécia	7.028	7.607	8.533	10.574	10.641	8.164	7.129	5.915	6.022	5.318*
Itália	33.526	33.408	35.962*	41.244*	38.301*	36.032	38.130	33.733	33.892	30.909
Portugal	4.039	4.067	4.366	4.812	4.950	4.719	4.904	4.137	4.783	4.201*

Fonte: SIPRI (2015).

* Valores estimados pelo SIPRI.

Neste contexto, qualquer corte significativo em projetos de investimento na área da defesa, em Itália ou Espanha, terá efeitos diretos nas economias nacionais e, conse-

4 A rubrica do investimento nos orçamentos nacionais para o setor da defesa inclui não só as despesas de aquisição de equipamento e Investigação & Desenvolvimento, como os processos de modernização de equipamento já em utilização.

5 De acordo com o SIPRI Top 100 relativo à indústria de armamento (SIPRI, 2013), em Itália encontram-se seis das 100 maiores empresas no sector da defesa à escala mundial: Finmeccanica (9.º), Agusta Westland (28.º), Selex (51.º), Alenia Aeronautica (56.º), Fincantieri (59.º) e IVECO (94.º).

6 A Finmeccanica é um dos maiores grupos empresariais de Itália, sendo a nona maior empresa do sector da defesa a nível global e a terceira no quadro da UE, logo a seguir à britânica BAE Systems e ao consórcio europeu EADS.

7 A designação EADS (European Aeronautic Defence and Space Company) manteve-se até dezembro de 2013. Após esta data, e na sequência de uma reorganização interna, o grupo assumiu a designação Airbus – até então empresa subsidiária da EADS – e foi criada a Airbus Defence and Space, orientada para a área aeroespacial, defesa e aviação militar.

quentemente agravará o ambiente de crise económica interna. Apesar de todos os países da Europa do Sul terem realizado cortes generalizados nas despesas militares, tal pode explicar a razão pela qual os governos de Espanha e Itália preferiram reduzir, num primeiro momento, nas rubricas de pessoal e operação/manutenção e, só depois, nos programas de investimento; enquanto Portugal e a Grécia⁸ realizaram cortes significativos, transversais a todas as dimensões dos orçamentos de defesa.

No mesmo sentido, tal pode igualmente explicar porque é que estes países têm abordagens diferentes face à cooperação internacional relativa a iniciativas no âmbito das indústrias de defesa. Itália e Espanha podem utilizar a sua base industrial para participar e liderar projetos de cooperação transnacional, seja no quadro da UE ou da OTAN, enquanto Portugal e a Grécia estão limitados a potenciais nichos de especialização. Estas diferenças, que servem de apoio à decisão política tomada num contexto de constrangimentos orçamentais, podem também ser importantes na definição das estratégias internacionais de cada país em questões de segurança e defesa.

Portugal

Desde 2005, e durante todo o período de crise económica e financeira, Portugal tem apresentado despesas na área da defesa relativamente estáveis, com valores a variar entre os 4.039 milhões de dólares, em 2005, e os 4.201 milhões de dólares, em 2014 (SIPRI, 2015)⁹.

Entre 2008 e 2011, verificou-se um crescimento das despesas militares, mesmo que ligeiro, para uma média de cerca de 4.850 milhões de dólares. Desde então, contudo, e com o país sobre fortes medidas de contenção orçamental, as despesas militares diminuíram cerca de 11% no período entre 2011 e 2014 (ver tabela 1).

8 Nem Portugal nem a Grécia se encontram representados nos *rankings* das 100 maiores empresas mundiais no setor da defesa.

9 Nota metodológica: considerando a informação disponível passível de suportar uma análise comparativa de base nacional/anual que inclua todos os países da Europa do Sul, optou-se por utilizar três fontes distintas, cada uma com critérios metodológicos diferentes: no que concerne à dimensão orçamental/custos com defesa utilizam-se os dados recolhidos pelo SIPRI (2015) e pela OTAN (NATO, 2015), que incluem informação entre 2008 e 2014; no que diz respeito ao investimento e número de militares das Forças Armadas, utilizam-se os dados recolhidos pela Agência de Defesa Europeia (EDA), que incluem informação entre 2008 e 2013 (EDA, s.d.-b); em relação ao número de militares em missões internacionais, utilizam-se os dados disponíveis no *The Military Balance*, que incluem informação entre 2008 e 2013 (IISS, 2014: 493-500). Considera-se que, desta forma, se garantem os critérios subjacentes à análise comparativa, dado que para cada indicador são utilizadas as mesmas fontes, bem como a pluralidade de recursos disponíveis, estatais e não-governamentais.

Estes cortes tiveram consequências imediatas no âmbito do processo de “reforma do Estado” no sector da defesa (Teixeira, 2013), tendo o governo português lançado uma nova reforma no sector da Defesa e das Forças Armadas, a que designou “Defesa 2020”.

No que concerne ao pessoal, em 2003, quando Portugal passou de um sistema de conscrição para um sistema profissionalizado, os efetivos das Forças Armadas Portuguesas foram substancialmente reduzidos. Em 2008, o número de efetivos rondava os 38 mil militares nos três ramos das Forças Armadas (ver tabela 2), representando cerca de 72% das despesas militares (NATO, 2010: 8). Já em 2013, o número de efetivos nas Forças Armadas portuguesas havia sido reduzido para cerca de 33 mil (ver tabela 2), porém representando 80% dos custos em defesa (NATO, 2015: 8).

De forma a otimizar a estrutura orçamental no sector da defesa e tendo em conta o nível de ambição definido, a reforma em curso – “Defesa 2020” – aponta um número total entre 30 e 32 mil militares, incluindo os que se encontram na reserva e em efetividade de serviço (Ministério da Defesa Nacional, s.d.: 3).

No que diz respeito ao investimento, verificou-se um decréscimo da verba disponível: dos 344 milhões de euros em 2008 para 296 milhões de euros em 2010 (ver tabela 2). Esta redução significa uma queda de 14% para 11% do total da despesa militar (EDA, 2011: 9; EDA, 2012: 17). Esta tendência tende a agravar-se. Nos anos seguintes, por forma a que o Ministério da Defesa pudesse cumprir quer os objetivos orçamentais quer os compromissos assumidos com os fornecedores, foi forçado a encontrar uma solução para os programas de modernização de equipamento em curso: negociar o adiamento de pagamentos aos fornecedores; congelar ou suspender alguns programas, alguns dos quais já em curso, como os helicópteros NH90 ou os veículos blindados PANDUR. Note-se que em 2013 a verba disponível para investimento em matérias de defesa rondava os 260 milhões de euros (ver tabela 2), o que representava 10% do total da despesa militar (EDA, 2015: 28).

Finalmente, os cortes também tiveram efeitos negativos ao nível operacional, designadamente na participação das Forças Armadas portuguesas em missões internacionais. Apesar das ligeiras flutuações, verifica-se uma tendência de decréscimo na projeção de Forças Nacionais Destacadas, à semelhança do que acontece noutros países da Europa do Sul. Em 2008, Portugal tinha um total de cerca de 700 militares em missões internacionais, tendo sido esse número reduzido para cerca de 550 em 2010 (ver tabela 2). Já em 2012, com a retirada da UNIFIL (Líbano) e a redução em cerca de 50% dos efetivos na ISAF (Afeganistão) foi compensada pela presença da Marinha portuguesa na EUNAVFOR Atalanta. Em 2013 a presença portuguesa em forças militares internacionais rondava os 350 efetivos (IISS, 2014: 130).

Tabela 2 – Portugal: Dados Relativos à Defesa

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Militares nas Forças Armadas	47.215	37.577	40.855	37.346	39.568	38.927	35.254	33.446	32.947
Investimento (€ milhões)		157	289	344	364	296	305	255	260
Militares em Missões Internacionais	721	822	696	692	680	549	836	468	349

Fonte: Informação recolhida pelos autores junto da Agência Europeia de Defesa (EDA) e no IISS Military Balance (2006 a 2014).

Espanha

Entre todos os países da Europa do Sul, a Espanha é aquele que demonstra uma redução nas despesas militares maior e mais abrupta. A razão é simples: entre 2000 e 2008, durante um período de crescimento económico, a Espanha desenvolveu uma política de afirmação internacional e aumentou, exponencialmente, as suas despesas militares em cerca de 29%, tornando-se uma das mais elevadas da Europa Ocidental. A crise, contudo, teve um impacto imediato no orçamento de defesa, e entre 2008 e 2011 a orçamentação diminuiu cerca de 18%, o que representa cerca de 1% do PIB (SIPRI, 2012: 178).

Desde 2008 que os cortes orçamentais tiveram fortes consequências na estrutura da defesa e das Forças Armadas. Estas consequências foram, antes de mais, no pessoal: a redução de efetivos iniciou-se pelo pessoal civil, estendendo-se depois aos efetivos militares. As despesas de pessoal têm demonstrado um peso significativo no orçamento de defesa, representando, em 2014, cerca de 67% das despesas militares (NATO, 2015: 8). Em 2008, o número total de efetivos nas Forças Armadas espanholas ascendiam aos 137.800, tendo sido reduzido em 2013 para os 121.805 efetivos (ver tabela 3), embora representando cerca de 68% dos custos com defesa (NATO, 2015: 8).

Em segundo lugar, os cortes orçamentais tiveram também consequências no investimento. A Espanha lançou, em 2000, um ambicioso plano de modernização de equipamentos militares, composto por 19 programas destinados aos três ramos das Forças Armadas. Contudo, desde o início da crise que os cortes impuseram uma drástica redução no investimento, que em 2008 rondava os 2.850 milhões de euros e, em 2013, tinha sido reduzido para 1.229 milhões de euros (ver tabela 3), o que significa um corte de cerca de 57%. Este contexto impôs pesadas restrições nos compromissos assumidos no âmbito dos programas de modernização, que ascendiam a um total de 26 mil milhões de euros (SIPRI, 2012: 178). A solução encontrada pelo ministério da Defesa espanhol foi, por um lado, a reestruturação da dívida para com os fornecedores e, por outro, o congelamento ou

adiamento de alguns programas – entre os quais as aeronaves Typhoon e A400M (IISS, 2013: 95).

Finalmente, os cortes nas despesas militares tiveram também consequências ao nível operacional, com uma redução nos efetivos em missões internacionais, no quadro da OTAN, UE e ONU. Em 2006 a Espanha tinha 3.400 militares em forças nacionais destacadas, tendo reduzido para 3.026 em 2008 e 2.600 em 2011. Esta tendência acentuou-se com uma redução de 50% no contingente ao serviço da UNIFIL (Líbano) e com a prossecução do plano de retração da ISAF (Afeganistão). Em 2013, a Espanha registava 1.270 militares em missões internacionais (IISS, 2014: 141).

Tabela 3 – Espanha: Dados Relativos à Defesa

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Militares nas Forças Armadas	119.832	127.000	132.400	137.800	136.000	129.723	126.924	124.561	121.805
Investimento (€ milhões)		2.544	2.644	2.851	2.208	1.427	753	2.532	1.229
Militares em Missões Internac.	2.442	3.400	2.762	3.026	2.378	2.660	3.088	2.765	1.269

Fonte: Informação recolhida pelos autores junto da Agência Europeia de Defesa (EDA) e no IISS Military Balance (2006 a 2014).

Itália

A crise económica e financeira teve um impacto direto no orçamento de defesa italiano. Estima-se uma queda de 16%, em termos reais, nas despesas militares, entre 2008 e 2011, sendo que os cortes mais significativos se verificaram nas rubricas de operação/manutenção, restrições ao recrutamento, e congelamento ou adiamento de programas de aquisição de equipamento. Em 2008, a Itália apresentava um orçamento de defesa de cerca de 41.244 mil milhões de dólares – correspondentes a cerca de 1,8% do PIB –, já em 2010 esse orçamento era de 36.032 mil milhões de dólares, mantendo-se a percentagem do PIB correspondente. Em 2014 o orçamento de defesa italiano havia sido reduzido para 30.909 mil milhões de dólares, correspondendo a 1,5% do PIB (SIPRI, 2015).

No que diz respeito ao pessoal, as Forças Armadas italianas, que dispunham de 307.000 efetivos em 2006, passaram de cerca de 187.000 em 2008 para cerca de 190.113 em 2011 (ver tabela 4). Pode considerar-se que uma das questões mais críticas da estrutura de defesa em Itália são, precisamente, os custos com pessoal, que em 2008 representavam 70% das despesas em defesa (NATO, 2010: 8) e, em 2011, ascendiam a 75% destes custos (NATO, 2015: 8). Contudo, em 2012, o Governo italiano promoveu um processo de racionalização das despesas militares, do qual constava um corte adicional de cerca de 30 mil efetivos para a década subsequente.

Em 2013, as forças armadas italianas dispunham de um total de 182.064 efetivos (ver tabela 4), o que representa um corte de 40% face aos números de 2006, embora mantendo uma representação de 75% dos custos de pessoal no contexto total das despesas militares (NATO, 2015: 8).

No que diz respeito ao investimento, a proposta de reforma da estrutura de defesa apresentada pelo governo italiano inclui o adiamento de alguns dos programas de aquisição de equipamento previstos. Como exemplo destaca-se a redução da aquisição de 131 para 90 aeronaves F-35, no quadro de um programa de cooperação transatlântico (Vasarri e Sabine, 2012). Em 2008, o investimento italiano em matéria de defesa ascendia aos 3.303 milhões de euros, tendo sido reduzido, em 2011, para 2.546 milhões de euros (ver tabela 4), o que representou um decréscimo de cerca de 23%. Já no que concerne às missões internacionais, a Itália tentou manter intactos os compromissos assumidos entre 2008 e 2012, correspondentes a uma média de 6.700 militares em operações de paz (ver tabela 4), tendo este número sido reduzido para cerca de 4.700 em 2013 (IISS, 2014: 113).

Tabela 4 – Itália: Dados Relativos à Defesa

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Militares nas Forças Armadas	324.984	307.000	195.268	186.956	192.186	191.231	190.113	184.318	182.064
Investimento (€ milhões)		2.351	2.936	3.302	2.545	3.140	2.546	1.828	2.512
Militares em Missões Internac.	8.425	6.748	7.951	5.047	7.884	6.790	7.744	6.512	4.723

Fonte: Informação recolhida pelos autores junto da Agência Europeia de Defesa (EDA) e no IISS Military Balance (2006 a 2014).

Grécia

Ao longo das últimas décadas, a Grécia tem vindo a apresentar a maior percentagem do PIB atribuída ao orçamento de defesa, entre os Estados-membros da UE, sempre acima dos 2% (SIPRI, 2015). Em 2008 apresentava uma despesa em defesa na ordem dos 10.500 mil milhões de dólares, sendo que em 2011 esta verba havia sido reduzida para 7.129 mil milhões de dólares (ver tabela 2), o que representa um decréscimo de cerca de 30%.

Para a importância atribuída ao orçamento de defesa, muito contribui o contexto geoestratégico particular do país. Com tensões de longa data com a Turquia¹⁰ – ape-

¹⁰ Designadamente as disputas no Mar de Egeu – um complexo de disputas marítimas, territoriais, aéreas e fronteiriças – e o conflito relativo a Chipre.

sar das relações entre os dois países terem melhorado nos últimos anos –, a Grécia ocupa uma posição estratégica no Mediterrâneo – com uma extensa zona económica exclusiva (ZEE) e a necessidade de controlar centenas de ilhas e fronteiras porosas, particularmente sensíveis face ao crime organizado e imigração ilegal – bem como a necessidade de promover a estabilidade nos Balcãs, Mar Negro e Mediterrâneo Oriental.

O orçamento de defesa da Grécia, em 2014, estimava-se ser de 5.318 mil milhões de dólares (SIPRI, 2015), o que representa uma redução de cerca de 50% quando comparado com valores de 2008. Prevêem-se cortes adicionais nos próximos anos, como consequência do plano de austeridade aplicado no contexto da crise económica e financeira.

No que concerne ao pessoal, as Forças Armadas gregas encontram-se em processo de reestruturação. A definição dos cortes a aplicar começou com a aprovação, em 2003, de uma nova estrutura de forças para 2005-2020, prevendo-se uma redução para 142.000 militares, em particular no exército. Contudo, a definição da estrutura de forças é revista a cada cinco anos e foram definidos cortes adicionais, sendo o número de efetivos em 2008 de 133.775 militares e, em 2013, de 108.874 militares (ver tabela 5). Em média, entre 2010 e 2014, 73% do orçamento de defesa era dedicado às despesas com pessoal (NATO, 2015: 8). Acresce que o pessoal civil e militar ao serviço das Forças Armadas representava, em 2014, 2,4% do total da força de trabalho no país (NATO, 2015: 10), sendo que o gasto por cada militar face ao total da economia grega é o mais elevado no quadro comparativo da UE.

Já no que concerne ao investimento, entre 2003 e 2007 a Grécia encontrava-se entre os principais importadores de armamento ao nível mundial, a seguir à China, Índia e Emirados Árabes Unidos. A aquisição de novos equipamentos pela Grécia atingia um valor particularmente elevado quando comparado com os restantes Estados-membros da UE – cerca de 30% do total do orçamento de defesa –, sendo a França e a Alemanha os principais fornecedores¹¹. O Plano de Aquisição de Armamento para 2011-2015 contabilizava uma redução de cerca de 70%, em comparação com as perspetivas previstas para 2006-2020 (SIPRI, 2012: 176), entretanto revistas. Assim, a Grécia passa de um investimento em matéria de defesa de 2.140 milhões de euros, em 2008, para 482 milhões em euros em 2013 (ver tabela 5), o que representa uma redução de quase 80% da verba disponível.

No que diz respeito às missões internacionais, o número de militares destacados no estrangeiro foi também reduzido de 2.427 efetivos, em 2008, para 1.134 em 2013 (ver tabela 5). Deve salientar-se que o maior continente militar grego se encontra esta-

11 De acordo com os dados disponibilizados pelo SIPRI, entre 2000 e 2011 a Alemanha representava 23% do total de fornecimento de armamento à Grécia, logo após os EUA, seguindo-se a França, em terceiro, com cerca de 12% do fornecimento total.

cionado no Chipre, num total que decresceu de 1.500 militares, até 2011, para os atuais 950 (IISS, 2014: 106). Para além disso, a Grécia tem vindo a reduzir o número de efetivos em forças nacionais destacadas, designadamente na ISAF – Afeganistão, em que passou de 157 militares em 2008 para 3 em 2013 –, na EUFOR – Bósnia-Herzegovina, de 45 militares em 2007 para 25 em 2012 –, na KFOR – Kosovo, de 744 militares em 2008 para 120 em 2013 – e na UNIFIL – Líbano, de 192 militares em 2008 para 57 em 2013.

Tabela 5 – Grécia: Dados Relativos à Defesa

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Militares nas Forças Armadas	139.809	138.994	134.759	133.775	133.385	124.266	116.970	109.070	108.874
Investimento (€ milhões)	--	1.500	1.707	2.140	2.133	1.148	300	327	482
Militares em Missões Internac.	2.740	3.141	2.313	2.427	1.985	2.065	1.920	1.320	1.134

Fonte: Informação recolhida pelos autores junto da Agência Europeia de Defesa (EDA) e no IISS Military Balance de 2006 a 2014.

De acordo com esta breve análise, desde 2008 que se verifica um corte generalizado nas despesas com o sector da defesa nos países da Europa do Sul, numa tendência que resulta do ambiente de crise económica internacional e da aplicação de um conjunto de medidas de austeridade pelos governos nacionais. Este decréscimo tem implicações não só ao nível dos recursos humanos, mas que se reflete também num declínio do investimento – com consequências para a modernização e aquisição de novos equipamentos e capacidades – e na retração na participação destes Estados em missões militares internacionais.

Considerando que a tendência identificada não se alterará de forma significativa no curto-prazo, é possível antecipar consequências a dois níveis. Ao nível nacional, através de uma definição mais parcimoniosa das prioridades em matéria de segurança e defesa, considerando a identificação de objetivos estratégicos e iniciativas de cooperação internacional, seja em termos de geração de forças ou projetos de investimento. Ao nível internacional, numa limitação da disponibilidade dos países da Europa do Sul para assumirem compromissos internacionais nas organizações em que participam (designadamente ONU, NATO e UE), com óbvias consequências para o seu papel enquanto produtores de segurança internacional. Esta última opção revelar-se-á de consequências mais gravosas quando considerados os desafios e ameaças identificados na orla Sul do Mediterrâneo, seja ao nível da criminalidade organizada e tráfico de vária ordem, designadamente no Norte de África e

Sahel, seja através do terrorismo e violência extrema, como perpetrados pelo auto-proclamado “Estado Islâmico”.

Que Solução? Cooperações Estruturadas Permanentes ou Cooperação Sub-Regional em Matéria de Defesa

Apesar das especificidades nacionais, os quatro países da Europa do Sul sujeitos a políticas de austeridades demonstram tendências semelhantes no sector da segurança e defesa.

A primeira tendência é a do decréscimo das despesas militares. Com exceção de Portugal, onde se verifica um decréscimo mais ligeiro, todos os países da Europa do Sul reduziram significativamente as suas despesas militares, em termos reais, entre 2008 e 2013 (ver tabela 1). A segunda assenta numa redução generalizada dos efetivos, civis e militares. Apesar da tendência internacional para a redução do número de efetivos – como resultado, entre outras razões, das evoluções tecnológicas, bem como da modernização e ajustamentos nas estruturas de forças e contratação de empresas privadas – esta tendência é particularmente visível nos países da Europa do Sul e resulta, entende-se, do contexto de crise económica. A terceira tendência é o decréscimo do investimento, *procurement* e investigação e desenvolvimento. Todos os países da Europa do Sul congelaram ou suspenderam alguns dos seus programas de modernização, apesar da existência de diferenças entre os países em que as indústrias de defesa têm um importante impacto nas economias nacionais (Itália e Espanha) e os restantes (Portugal e Grécia). Finalmente, a redução de militares em missões internacionais. Todos os países da Europa do Sul diminuíram os seus contingentes em forças nacionais destacadas, com consequências na contribuição de cada um para operações internacionais, em particular no quadro da OTAN e da UE, limitando também o seu papel enquanto produtores de segurança internacional. A crise económica, a austeridade, a redução das despesas militares e a diminuição da prioridade política atribuída à defesa só podem ser superadas se se assumir o contexto de crise como uma oportunidade. E se tal é verdade para a União Europeia como um todo, é-o ainda mais para os países da Europa do Sul.

E isto pode ser feito a dois níveis. Ao nível nacional, através da promoção de reformas estruturais na defesa e nas forças armadas que permitam manter o mesmo nível de ambição, com uma otimização dos recursos. Por outras palavras, fazer mais com menos. Isto significaria uma melhoria do *ratio* entre as rubricas destinadas ao apoio e ao produto operacional, uma racionalização dos recursos disponíveis e uma estrutura orçamental mais equilibrada, através da redução com custos de pessoal e um acréscimo das verbas destinadas ao investimento, investigação e desenvolvimento e operação e manutenção. O principal objetivo deve ser o de tornar as forças armadas mais projetáveis, capazes de responder ao atual ambiente de segurança e defesa.

Mas o atual ambiente de crise deve, também, constituir uma oportunidade para aprofundar a cooperação em matéria de defesa entre os Estados-membros da UE. Esta é, aliás, uma ideia há muito defendida por aqueles que acreditam numa União Europeia com capacidade de se assumir como um ator relevante no sistema internacional¹².

Neste contexto, e considerando que a dimensão de segurança e defesa é um pilar fundamental do aprofundamento do projeto europeu, se houver vontade política a melhor forma de concretizar esse aprofundamento seria a implementação dos mecanismos consagrados no Tratado de Lisboa. De acordo com o tratado, os Estados-membros que demonstrem vontade política e preencham os critérios definidos devem iniciar os procedimentos para criação de uma “Cooperação Estruturada Permanente” em matéria de segurança e defesa. Este mecanismo, que reflete uma clara vontade política e assunção de responsabilidades por parte dos Estados-membros participantes, deverá incluir aqueles que disponham de comprovadas capacidades de defesa e condições para participar em missões internacionais¹³. Ao mesmo tempo, estaria aberto à entrada de novos membros – caso passem a cumprir os critérios definidos – bem como à suspensão da participação, caso deixem de dispor essas capacidades, conforme aliás previsto no Artigo 46 do Tratado da UE. A gestão política desta “Cooperação Estruturada Permanente” poderia ser institucionalmente refletida na criação de um Conselho de Ministros de Segurança e Defesa, composto pelos representantes dos Estados-membros participantes com responsabilidade nas múltiplas áreas de competência que contribuem para a segurança e defesa europeias. Face às fronteiras ténues que separam a segurança interna e externa da União Europeia, esta “Cooperação Estruturada Permanente” deveria assentar numa visão holística e numa abordagem integrada das dinâmicas securitárias, em linha com a conceptualização defendida pela “Agenda de Segurança Europeia”, apresentada pela Comissão Europeia em abril de 2015 (Comissão Europeia, 2015).

A esta “Cooperação Estruturada Permanente” deveria corresponder uma arquitetura institucional e um quadro de competências definida pelos Estados participantes, seja em matéria de processo decisório e mecanismos de financiamento de missões, bem como de geração de capacidades e promoção do investimento, investigação e desenvolvimento. No que concerne ao processo decisório, importa não só flexibilizar procedimentos no sentido de uma maior agilidade e rapidez, mas também adequar os instrumentos de financiamento às necessidades de resposta a situações de crise. Para tal, poderia ser criado um fundo comum, partilhado ou

12 Exemplo disto é o documento recentemente elaborado por um conjunto de personalidades europeias, liderado por Javier Solana (CEPS, 2015).

13 Ver Artigo 1 do Protocolo Relativo à Cooperação Estruturada Permanente Estabelecida no Artigo 42.º do Tratado da UE.

complementar ao que existente para as missões de natureza civil – com origem no orçamento comunitário – e com uma participação dos Estados participantes, proporcional ao PIB anual.

Até agora, a opção política dos Estados-membros não foi utilizar os mecanismos disponíveis no Tratado de Lisboa. Mas face ao decréscimo generalizado das despesas militares, a cooperação europeia em matéria de defesa é a única forma de melhorar as capacidades em todos os níveis de despesa, em particular no que diz respeito ao investimento e geração de forças. Em matéria de investimento, a opção dos Estados-membros em 2010, por ocasião da Cimeira de Ghent, foi o *pooling and sharing* (Biscop e Clemond, 2011; Giegerich 2010). Este processo baseia-se em iniciativas bilaterais e multilaterais entre os Estados-membros, mas fora do processo decisório definido no quadro da PCSD, tal como definido no Tratado de Lisboa, designadamente através das “cooperações reforçadas permanentes”.

O projeto *pooling and sharing* constitui um passo na direção certa, mas trata-se de um processo de longo-prazo que, até à data, produziu poucos ou nenhuns resultados. Neste sentido, para a concretização do *pooling and sharing* com sucesso, será necessário cumprir algumas pré-condições: primeiro, todos Estados-membros que demonstrem vontade política em participar devem ser incluídos; segundo, aqueles que demonstrem vontade em participar devem fazê-lo no quadro institucional da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Se ambas as condições forem cumpridas, e por forma a conseguir-se um verdadeiro resultado para a Segurança e Defesa da UE, não existiria uma diferença substancial entre o *pooling and sharing* e a promoção de uma “cooperação estruturada permanente”, embora com uma orientação mais específica para a promoção de capacidades, enquanto mecanismo de cooperação para a PCSD tal como definido pelo Tratado de Lisboa.

Esta seria, entende-se, a solução mais adequada para um reforço da dimensão de Defesa da União Europeia e para a promoção de um maior compromisso político, reforçados laços de solidariedade e uma distribuição de responsabilidades mais equitativa entre todos os Estados-membros da União Europeia.

Porém, se a opção de promoção de uma “cooperação estruturada permanente”, com uma matriz verdadeiramente comum, não se revelar politicamente viável no atual contexto, os Estados europeus podem adotar, pelo menos, mecanismos de cooperação sub-regional em matéria de segurança e defesa. Tendo por base o exemplo de cooperação desenvolvido pelos países nórdicos¹⁴, os países europeus, e designadamente os da Europa do Sul, poderiam desenvolver esforços no sentido da promoção de discussões políticas em matérias como a aquisição comum de equipamentos de defesa, investimento e parcerias em investigação e desenvolvimento,

14 Através da designada *Nordic Defense Cooperation* (NORDEFECO), da qual fazem parte a Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia.

fortalecimento de ações de treino conjunto ou mesmo a realização de missões militares comuns. Tal resultaria na criação de “mini-uniões de defesa” (Ojanen, 2014) que promoveriam, através de uma base sub-regional, também na Europa do Sul, o fortalecimento da Europa da Defesa.

Referências Bibliográficas

- AAVV (2013). *A Strategy for Southern Europe*. LSE/IDEAS Reports. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/SR017.aspx>. Data de acesso: 02/07/2015.
- Biscop, Sven e Jo Coelmont (2011). “Pooling & Sharing: from Slow March to Quick March?”. *Egmont Security Policy Brief* nº23, May 2011. Disponível em <http://www.egmontinstitute.be/wp-content/uploads/2013/09/SPB23-BiscopCoelmont.pdf>. Data de acesso: 16/05/2013.
- Vasarri, Chiara e Sabine Pirone (2012). “Italy Slashes Lockheed Martin F-35 Order in Defense Shakeup”. *Bloomberg* [online], February 15, 2012, 11:32 AM GMT. Disponível em <http://www.bloomberg.com/news/2012-02-15/italy-to-cut-f-35-fighter-jet-orders-as-part-of-defense-revamp.html>. Data de acesso: 19/06/2013.
- CEPS (2015). *More Union in European Defence*. Report of a CEPS Task Force, February 2015. Brussels: Centre for European Policy Studies. Disponível em <http://www.ceps.eu/system/files/TFonEuropeanDefence.pdf>. Data de acesso: 27/04/2015.
- Comissão Europeia (2015). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. The European Agenda on Security*. COM (2015) 185 final, Strasbourg, 28.4.2015. Disponível em http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/basic-documents/docs/eu_agenda_on_security_en.pdf. Data de acesso: 30/04/2015.
- Conselho Europeu (2013). *Parte I, pontos 1-22 das Conclusões do Conselho Europeu (já adotada)*. Conselho Europeu, 19/20 de Dezembro de 2013. Disponível em http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/140226.pdf. Data de acesso: 11/03/2014.
- Conselho Europeu (2015). *Reunião do Conselho Europeu (25 e 26 de junho de 2015) – Conclusões*. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/06/26-euco-conclusions/>. Data de acesso: 02/07/2015.
- EDA (2009). *Defence Data of EDA participating Member States in 2007*. Brussels: European Defense Agency.
- EDA (2010). *Defence Data of EDA participating Member States in 2008*. Brussels: European Defense Agency.
- EDA (2011). *Defence Data of EDA participating Member States in 2009*. Brussels: European Defense Agency.
- EDA (2012 a). *Defence Data: EDA participating Member States in 2010*. Brussels: European Defense Agency.
-

EDA (2012 b). *Europe and United States Defence Expenditure in 2010*. Brussels: European Defense Agency.

EDA (2013). *Defence Data 2012*. European Defense Agency. Brussels: European Defense Agency.

EDA (2013). *National Defence Data 2012 of the EDA Participating Member States*. Brussels: European Defense Agency.

EDA (2015). *National Defence Data 2013 of the 27 EDA Member States*. Brussels: European Defense Agency.

EDA (s.d.-a). "Pooling and Sharing. European Defence Agency Portal". Disponível em <http://www.eda.europa.eu/aboutus/whatwedo/pooling-and-sharing>. Data de acesso: 22/07/2015.

EDA (s.d.-b). "Methodology. European Defence Agency Portal". Disponível em <https://www.eda.europa.eu/info-hub/defence-data-portal/methodology>. Data de acesso: 22/07/2015.

German Ministry of Defence (2011) *Defence Policy Guidelines Safeguarding National Interests – Assuming International Responsibility – Shaping Security Together*. Berlin, 27 Maio. Disponível em http://www.bmvg.de/portal/a/bmvg/!ut/p/c4/NY3NCsIwEITfKD_gQb1ZCuJRPdh6kbRZ0qXJpmy39eLDm4LuwDAw87H6qYvIrRicYCYXdaPbHo_dW3VpDWrGfgAeAGWeckTBUTkK0GUB5fO4JKCSVmAB9BgWCr_dXLgXF1oiEgLpx_bJg-ozgWwuBcXigZ1kVINmiVuzMJdGodetsXVlrPmf_ezPzeF-3VITX6qbnll6fQEMLtWn/. Data de acesso: 19/06/2013.

Giegerich, Bastian (2010). "Budget Crunch: Implications for European Defence". *Survival* n° 4, pp. 87-98.

IISS (2007). *The Military Balance 2006*. Oxfordshire: Routledge.

IISS (2009). *The Military Balance 2007*. Oxfordshire: Routledge.

IISS (2009). *The Military Balance 2008*. Oxfordshire: Routledge.

IISS (2010). *The Military Balance 2009*. Oxfordshire: Routledge.

IISS (2011). *The Military Balance 2010*. Oxfordshire: Routledge.

IISS (2012). *The Military Balance 2011*. Oxfordshire: Routledge.

IISS (2013). *The Military Balance 2012*. Oxfordshire: Routledge.

IISS (2014). *The Military Balance 2013*. Oxfordshire: Routledge.

IISS (2015). *The Military Balance 2014*. Oxfordshire: Routledge.

Ministère de la Défense de la République Française (2013). *Livre Blanc – Défense et Sécurité Nationale*. Paris: Direction de l'Information Légale et Administrative. Disponível em <http://www.defense.gouv.fr/actualites/memoire-et-culture/livre-blanc-2013>. Data de acesso: 21/10/2013.

- Ministério da Defesa Nacional (s.d.). *Linhas Gerais da Reforma Defesa 2020*. Disponível em <http://www.defesa.pt/Documents/Linhas%20Gerais%20da%20Reforma%20Defesa%202020.pdf>. Data de acesso: 16/07/2015.
- NATO (2010). "NATO Financial and Economic Data Relating to NATO Defence". Public Diplomacy Division, Communique PR/CP(2011)027, 10 Março. Disponível em http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_03/20110309_PR_CP_2011_027.pdf. Data de acesso: 19/06/2013.
- NATO (2014). *Wales Summit Declaration – Issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Wales*. Disponível em http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm. Data de acesso: 20/07/2015.
- NATO (2015). "NATO Publishes Defence Expenditures Data for 2014 and Estimates for 2015 – Financial and Economic Data Relating to NATO Defence". NATO Public Diplomacy Division. Communique PR/CP(2015)093-COR1, de 22 de junho. Disponível em http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2015_06/20150622_PR_CP_2015_093-v2.pdf. Data de acesso: 20/07/2015.
- Ojanen, Hanna (2014). "Nordic Defence Cooperation – Inspiration for the EU or a Lesson in Matching Expectations?". *TEPSA Policy Paper*. Disponível em <http://www.tepsa.eu/tepsa-policy-paper-by-hanna-ojanen-nordic-defence-cooperation-inspiration-for-the-eu-or-a-lesson-in-matching-expectations/>. Data de acesso: 03/03/2014.
- SIPRI (2012). *SIPRI Yearbook 2012 – Armaments, Disarmament and International Security*. Oxford: Oxford University Press.
- SIPRI (2013). *SIPRI Top 100 and Recent Trends in the Arms Industry*. Disponível em <http://www.sipri.org/research/armaments/production/recent-trends-in-arms-industry>. Data de acesso: 16/07/2015.
- SIPRI (2015) *Military Expenditure Database*. Disponível em http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database. Data de acesso: 16/04/2015.
- Teixeira, Nuno Severiano (2013). "Reforma do Estado e reforma das Forças Armadas". *Relações Internacionais* n.º 37, pp. 5-14.
- Teixeira, Nuno Severiano e Ana Santos Pinto (2013). "Southern Europe Defence in Times of Austerity" em *A Strategy for Southern Europe*. LSE/IDEAS Reports. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/pdf/SR017/Teixeira&Pinto.pdf>, pp. 36-45. Data de acesso: 02/07/2015.
- UK Cabinet Office (2010). *Securing Britain in an Age of Uncertainty: The Strategic Defence and Security Review*. Disponível em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/62482/strategic-defence-security-review.pdf. Data de acesso: 19/06/2013.
- Van Rompuy, Herman (2013). "Defence in Europe: Pragmatically Forward". Discurso proferido pelo Presidente do Conselho Europeu por ocasião da Conferência Anual da Agência de Defesa Europeia. Disponível em http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/136394.pdf Data de acesso: 02/07/2015.
-